



# Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº. 004/2011

PROCESSO nº. 238/2011

LICITAÇÃO nº. 040/2011 – Pregão Presencial

VALIDADE: até 06/05/2012

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos 06 dias do mês de maio de 2011, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº. 1420 e Rua Goiás nº. 229, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 21.154.554/0001-13, nos termos do estabelecido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17.07.02, pelas Leis Estaduais nº. 13.994, de 18.09.01, nº. 14.167, de 10.01.02, pelos Decretos Estaduais de nº. 44.786 e nº. 44.787, ambos de 18.04.08, de nº. 44.431, de 29.12.06, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA**, a seguir denominado **TRIBUNAL**, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, a seguir denominadas simplesmente **FORNECEDOR**, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

### FORNECEDOR:

**LÔTE 1 – MELAN E MELO COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA. EPP** com sede na Rua Dr. Pereira dos Santos, 130 – sala 312 – Centro, em Itaboraí - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.240.184/0001-79, neste ato representada por seu Representante Legal Sr. Marcelo Pereira Moura de Andrade, residente na Rua D – Lote 28 – QD9 – Manilha – Itaboraí - RJ, portador da Carteira de Identidade nº. 09058866-6 IFP/RJ, CPF nº. 018.853.927-10;

### DO OBJETO

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de papéis e cartolinas, especificados no Termo de Referência do Edital e proposta da Contratada apresentada à Licitação 040/2011 – Pregão Presencial – Lote 01.

1.1. Este instrumento não obriga o **TRIBUNAL** a adquirir os produtos nele registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

### DOS PREÇOS

**CLÁUSULA SEGUNDA.** Os quantitativos, marcas, preços e fornecedores registrados encontram-se relacionados no Anexo I desta Ata.

### DA VIGÊNCIA

**CLÁUSULA TERCEIRA.** A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 14 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18.04.2008.

### DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

**CLÁUSULA QUARTA.** O gerenciamento deste instrumento caberá à **Gerência de Compra de Bens e Serviços – GECOMP**, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.

### DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

**CLÁUSULA QUINTA.** O **TRIBUNAL** fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar a Autorização de Compra.

5.1. Se o fornecedor recusar-se a assinar a Autorização de Compra, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do



## Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

### DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO

**CLÁUSULA SEXTA.** O prazo de entrega futura, para cada aquisição, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, será de até **20 (vinte) dias**.

**6.1.** Local e horário para entrega: Coordenação de Controle de Material de Consumo - COMAT, situada na Av. do contorno nº. 629, Bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, no horário de 8:30 às 11:30 horas e de 12:30 às 16:30 horas.

**6.1.1.** O fornecedor deverá agendar as entregas dos materiais na COMAT, através dos telefones (31)3237-6332 e 3237-6324, sob pena de não recebimento imediato das mercadorias na chegada das mesmas ao endereço supracitado.

### DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

**CLÁUSULA SÉTIMA.** Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

**7.1** O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

**7.1.1.** O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) materiais devidamente embalados, acondicionados e identificados;
- b) quantidades dos materiais em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
- c) no prazo, local e horário de entrega previstos neste Edital;
- d) de acordo com as especificações técnicas e amostras apresentadas e aprovadas.

**7.1.2.** O recebimento definitivo dos bens dar-se-á após:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos;
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital, estando as amostras aprovadas.

**7.2.** Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores da Gerência de Suprimento de Controle Patrimonial.

**7.3.** Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 08 (oito) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

**7.4.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

### DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

**CLÁUSULA OITAVA.** Constituem obrigações:

#### **8.1. DO TRIBUNAL:**

**8.1.1.** Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.

**8.1.2.** Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

**8.1.3.** Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

**8.1.4.** Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### **8.2. DO FORNECEDOR:**

**8.2.1.** Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes da Autorização de Compra, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

**8.2.2.** Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

**8.2.3.** Substituir, no prazo de 08 (oito) dias úteis e sem ônus para o TRIBUNAL os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

**8.2.4.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRIBUNAL, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao TRIBUNAL, imediatamente e por escrito, de qualquer



## Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

**8.2.5.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

**8.2.6.** Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade do material estimado no Anexo I deste Edital, de acordo com o art. 65, §1º da Lei federal nº. 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia do TRIBUNAL;

**8.2.7.** Comunicar imediatamente ao TRIBUNAL qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.

**8.2.8.** Indenizar terceiros e/ou o TRIBUNAL, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

**8.2.9.** Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

**8.2.10.** Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

### DO PAGAMENTO

**CLÁUSULA NONA.** O TRIBUNAL pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da Autorização de Compra e da Nota de Empenho.

**9.1.** No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

**9.2.** Para cada Autorização de Compra, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e conseqüentemente lançado nesta Ata.

**9.3.** O fornecedor apresentará a Nota Fiscal na Coordenação de Controle de Material de Consumo - COMAT, acompanhada dos originais das certidões de débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares).

**9.4.** O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor até o 5º dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal.

**9.5.** Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o TRIBUNAL comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

**9.5.1.** Na hipótese prevista no subitem 9.5, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

**9.6.** O TRIBUNAL se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

**9.7.** Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com especificações que integram esta Ata.

**9.8.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRIBUNAL, até a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da contratada, e calculados, "*pro rata tempore*", por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual: **EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso;

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$  onde  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%

### DAS ALTERAÇÕES

**CLÁUSULA DÉCIMA.** O preço registrado se manterá fixo e irrevogável durante a vigência da ata, ressalvadas as hipóteses contidas no art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e no art. 15 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18.04.2008, desde que, devidamente comprovadas mediante planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes.

**10.1.** O pedido de alteração de preços deverá vir acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos:

- nota fiscal que comprove o novo preço praticado pelo fornecedor no período solicitado;
- planilha detalhada referente ao quantitativo solicitado.



## Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

### DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.** A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

#### **11.1. Pelo TRIBUNAL:**

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar a Autorização de Compra no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo TRIBUNAL.

#### **11.2. Pelo Fornecedor:**

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, que venha a comprometer a perfeita execução das obrigações firmadas nesta Ata, devidamente comprovado.

**11.3.** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

**11.3.1.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no "Diário do Judiciário Eletrônico", por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**11.4.** A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo TRIBUNAL, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

**11.5.** Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

**11.6.** Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93, o TRIBUNAL adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.** Pela inexecução total ou parcial da Ata ou da Autorização de Compra, garantida a ampla defesa e o contraditório, o fornecedor ficará sujeito às seguintes sanções:

- a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa, observados os seguintes limites:
  - b.1) até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
  - b.2) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos da Lei nº. 13.994/2001 e demais disposições correlatas, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- d) descredenciamento do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais.

**12.1.** A recusa injustificada do beneficiário da Ata em assinar a Autorização de Compra, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

**12.2.** A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

**12.3.** O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.

### DA TROCA DE MARCA

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.** O procedimento para troca da marca inicialmente registrada, dar-se-á mediante solicitação formal do fornecedor, juntamente com apresentação de amostra da marca pretendida.

**13.1.** A solicitação deverá obedecer aos seguintes requisitos: comprovação das condições técnicas da marca pretendida; com as exigências em que se realizou o registro de preços: apresentação de nota fiscal que



## Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

13.2. A equipe técnica do TRIBUNAL terá o prazo de 20 (vinte) dias para responder a solicitação do fornecedor para troca de marca.

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA.** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.
- b) é vedado caucionar ou utilizar a Autorização de Compra decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

14.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste TRIBUNAL, através da Gerência de Compra de Bens e Serviços - GECOMP.

14.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.3. As aquisições adicionais de que trata o subitem 14.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

14.4. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

### DO FORO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA.** As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.

E por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

Belo Horizonte, 06 de maio de 2011.

  
Desembargador CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA  
Presidente

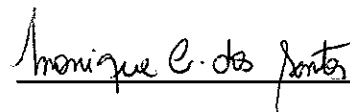
Pelo Fornecedor:

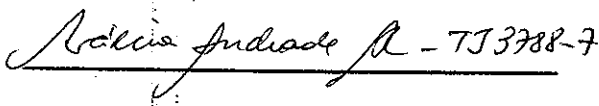
  
Marcelo Pereira Moura de Andrade  
MELAN E MELO COMÉRCIO EDISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA

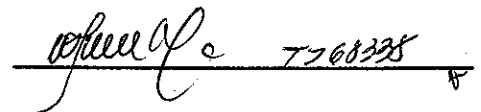
MELAN E MELO COM. E DIST.  
DE PAPELARIA LTDA.  
Rua Dr. Pereira dos Santos, nº 130  
Sala 312 - Centro - Itaboraí - RJ.  
CNPJ: 08.240.184/0001-79

Testemunhas:





 - 713788-7

 713788-7



## Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

### ANEXO I - DA ATA - QUANTITATIVOS, MARCAS E PREÇOS

(a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços 004/2011)

LOTE	ITEM	CÓDIGO	QUANT. REGISTRADA	UNID.	ESPECIFICAÇÕES	MARCA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	FORNECEDOR
1	1.1	10.40.020-6	1.000	Cento	Papel super-bond – 56g – 66X96 - Azul	Multiverde	14,20	MELAN E MELO COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA EPP



# Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº. 004/2011

PROCESSO nº. 238/2011

LICITAÇÃO nº. 040/2011 – Pregão Presencial

VALIDADE: até 06./05./2012

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos 06. dias do mês de maio de 2011, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº. 1420 e Rua Goiás nº. 229, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 21.154.554/0001-13, nos termos do estabelecido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17.07.02, pelas Leis Estaduais nº. 13.994, de 18.09.01, nº. 14.167, de 10.01.02, pelos Decretos Estaduais de nº. 44.786 e nº. 44.787, ambos de 18.04.08, de nº. 44.431, de 29.12.06, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA**, a seguir denominado **TRIBUNAL**, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, a seguir denominadas simplesmente **FORNECEDOR**, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

### FORNECEDOR:

**LOTE 2 - CLEAR DO BRASIL INDÚSTRIA DE PAPÉIS LTDA.**, com sede na Rua Rubi, 170 – Bairro Arvoredo, em Contagem - MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.790.761/0001-82, neste ato representada por seu Sócio-Gerente Sr(a). **Roodney Grandi de Moraes** residente na Rua Guaicui 643 – Bairro Coração de Jesus – B.Horizonte - MG, portador da Carteira de Identidade nº. M-78631, CPF nº. 176.909.866-68;

### DO OBJETO

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de papeis e cartolinas, especificados no Termo de Referência do Edital e proposta da Contratada apresentada à Licitação 040/2011 – Pregão Presencial – Lote 2.

1.1. Este instrumento não obriga o TRIBUNAL a adquirir os produtos nele registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

### DOS PREÇOS

**CLÁUSULA SEGUNDA.** Os quantitativos, marcas, preços e fornecedores registrados encontram-se relacionados no Anexo I desta Ata.

### DA VIGÊNCIA

**CLÁUSULA TERCEIRA.** A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 14 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18.04.2008.

### DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

**CLÁUSULA QUARTA.** O gerenciamento deste instrumento caberá à **Gerência de Compra de Bens e Serviços – GECOMP**, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.

### DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

**CLÁUSULA QUINTA.** O TRIBUNAL fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar a Autorização de Compra.

5.1. Se o fornecedor recusar-se a assinar a Autorização de Compra, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.



## Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

### DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO

**CLÁUSULA SEXTA.** O prazo de entrega futura, para cada aquisição, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, será de até **20 (vinte) dias**.

**6.1.** Local e horário para entrega: Coordenação de Controle de Material de Consumo - COMAT, situada na Av. do contorno nº. 629, Bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, no horário de 8:30 às 11:30 horas e de 12:30 às 16:30 horas.

**6.1.1.** O fornecedor deverá agendar as entregas dos materiais na COMAT, através dos telefones (31)3237-6332 e 3237-6324, sob pena de não recebimento imediato das mercadorias na chegada das mesmas ao endereço supracitado.

### DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

**CLÁUSULA SÉTIMA.** Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

**7.1** O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

**7.1.1.** O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) materiais devidamente embalados, acondicionados e identificados;
- b) quantidades dos materiais em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
- c) no prazo, local e horário de entrega previstos neste Edital;
- d) de acordo com as especificações técnicas e amostras apresentadas e aprovadas.

**7.1.2.** O recebimento definitivo dos bens dar-se-á após:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos;
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital, estando as amostras aprovadas.

**7.2.** Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores da Gerência de Suprimento de Controle Patrimonial.

**7.3.** Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 08 (oito) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

**7.4.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

### DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

**CLÁUSULA OITAVA.** Constituem obrigações:

#### **8.1. DO TRIBUNAL:**

**8.1.1.** Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.

**8.1.2.** Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

**8.1.3.** Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

**8.1.4.** Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### **8.2. DO FORNECEDOR:**

**8.2.1.** Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes da Autorização de Compra, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

**8.2.2.** Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

**8.2.3.** Substituir, no prazo de 08 (oito) dias úteis e sem ônus para o TRIBUNAL os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

**8.2.4.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRIBUNAL, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao TRIBUNAL, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Autorização de Compra.

**8.2.5.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

**8.2.6.** Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade do material estimado no Anexo I deste Edital, de acordo com o art.





## Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

**8.2.7.** Comunicar imediatamente ao TRIBUNAL qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.

**8.2.8.** Indenizar terceiros e/ou o TRIBUNAL, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

**8.2.9.** Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

**8.2.10.** Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

### DO PAGAMENTO

**CLÁUSULA NONA.** O TRIBUNAL pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da Autorização de Compra e da Nota de Empenho.

**9.1.** No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

**9.2.** Para cada Autorização de Compra, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e conseqüentemente lançado nesta Ata.

**9.3.** O fornecedor apresentará a Nota Fiscal na Coordenação de Controle de Material de Consumo - COMAT, acompanhada dos originais das certidões de débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares).

**9.4.** O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor até o 5º dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal.

**9.5.** Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o TRIBUNAL comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

**9.5.1.** Na hipótese prevista no subitem 9.5, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

**9.6.** O TRIBUNAL se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

**9.7.** Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com especificações que integram esta Ata.

**9.8.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRIBUNAL, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da contratada, e calculados, "*pro rata tempore*", por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual: **EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso;

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$  onde  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%

### DAS ALTERAÇÕES

**CLÁUSULA DÉCIMA.** O preço registrado se manterá fixo e irrevogável durante a vigência da ata, ressalvadas as hipóteses contidas no art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e no art. 15 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18.04.2008, desde que, devidamente comprovadas mediante planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes.

**10.1.** O pedido de alteração de preços deverá vir acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos:

- nota fiscal que comprove o novo preço praticado pelo fornecedor no período solicitado;
- planilha detalhada referente ao quantitativo solicitado.

### DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.** A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

**11.1. Pelo TRIBUNAL:**

- quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- quando o fornecedor não assinar a Autorização de Compra no prazo estabelecido;
- quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente deste Registro de Preços.



## Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo TRIBUNAL.

### **11.2. Pelo Fornecedor:**

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, que venha a comprometer a perfeita execução das obrigações firmadas nesta Ata, devidamente comprovado.

**11.3.** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

**11.3.1.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no "Diário do Judiciário Eletrônico", por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**11.4.** A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo TRIBUNAL, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

**11.5.** Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

**11.6.** Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93, o TRIBUNAL adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

### **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.** Pela inexecução total ou parcial da Ata ou da Autorização de Compra, garantidos a ampla defesa e o contraditório, o fornecedor ficará sujeito às seguintes sanções:

- a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa, observados os seguintes limites:
  - b.1) até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
  - b.2) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos da Lei nº. 13.994/2001 e demais disposições correlatas, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- d) descredenciamento do Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Minas Gerais.

**12.1.** A recusa injustificada do beneficiário da Ata em assinar a Autorização de Compra, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

**12.2.** A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

**12.3.** O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.

### **DA TROCA DE MARCA**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.** O procedimento para troca da marca inicialmente registrada, dar-se-á mediante solicitação formal do fornecedor, juntamente com apresentação de amostra da marca pretendida.

**13.1.** A solicitação deverá obedecer aos seguintes requisitos:

comprovação das condições técnicas da marca pretendida com as exigências em que se realizou o registro de preços;

apresentação de nota fiscal que comprove o preço praticado no mercado da nova marca pretendida.

**13.2.** A equipe técnica do TRIBUNAL terá o prazo de 20 (vinte) dias para responder a solicitação do fornecedor para troca de marca.

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA.** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.
- b) é vedado caucionar ou utilizar a Autorização de Compra decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.



## Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

**14.1.** Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste TRIBUNAL, através da Gerência de Compra de Bens e Serviços - GECOMP.

**14.2.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.


**14.3.** As aquisições adicionais de que trata o subitem 14.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**14.4.** Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

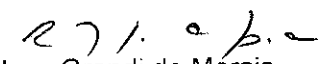
### DO FORO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA.** As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.  
E por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.


06 maio  
Belo Horizonte, xx de xxxxxxxxxxxx de 2011.

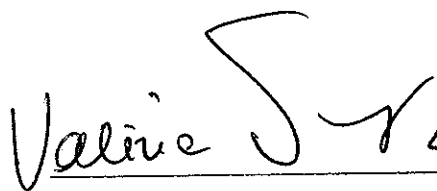
  
Desembargador CLAUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA  
Presidente

Pelo Fornecedor:

  
Roodney Grandi de Moraes  
Sócio-Gerente

Testemunhas:

 TJ68338

 4302.6



# Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

## ANEXO I – DA ATA - QUANTITATIVOS, MARCAS E PREÇOS

(a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços 004/2011)

FORNECEDOR: CLEAR DO BRASIL INDÚSTRIA DE PAPÉIS LTDA.

LOTE	ITEM	CÓDIGO	QUANT. REGISTRADA	UNID.	ESPECIFICAÇÕES	MARCA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	2.1	10.40.063-0	2.000	Cento	Cartolina – 240g – 50X70 – Azul, embalada em pacote com 100 folhas cada.	MD	31,70
	2.2	10.40.064-8	15.000	Cento	Cartolina – 240g – 50X70 – Palha, embalada em pacote com 100 folhas cada.	MD	31,70
	2.3	10.40.074-5	2.000	Cento	Cartolina – 240g – 50X70 – Rosa, embalada em pacote com 100 folhas cada.	MD	31,70
	2.4	10.40.077-0	2.000	Cento	Cartolina – 240g – 50X70 – Amarela, embalada em pacote com 100 folhas cada.	MD	31,70

**LICITANTE VENCEDOR: DENIS ERNANI BECKER****Valor Total: R\$44.800,00 (quarenta e quatro mil e oitocentos reais)**

Gerência de Contratos e Convênios  
Gerente: Adriana Lage de Faria Navarro  
06.05.2011

**Contratos – Extratos**

Município de Brumadinho/MG - Ct. 133/2011 de 06.05.2011. – Objeto: Cessão de uso Gratuita de veículo destinado a atender o Comissariado da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Brumadinho.- Vigência: 01.06.2011 a 01.06.2012. - Valor do Ct: Sem ônus para o Tribunal.

Squema Engenharia Ltda - Ct. 192/2011 de 06.05.2011. – Objeto: Fornecimento e instalação de um disjuntor tipo PVO mediante substituição do existente na subestação tipo abrigada localizada no Centro Operacional do TJMG- Vigência: 06.05.2011 a 03.10.2011. - Valor do Ct.: R\$ 19.200,00 - Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.2.117.4.4.90.51.13 – Instalações para Incorporação a Bens Imóveis

**Termos Aditivos – Contratos (Extratos)**

Município de Mariana/MG - 1ªTA de 01.04.2011 ao Ct. 010/2010 de 01.04.2010. - Objeto: Prorrogação do prazo de vigência - Vigência: 01.04.2011 a 01.04.2012 - Valor: Sem ônus para o Tribunal.(Republicado por incorreção)

Josmar Lima da Silva - 6ªTA de 06.05.2011 ao Ct. 181/2005 de 31.05.2005. - Objeto: Prorrogação do prazo de vigência. - Vigência: 31.05.2011 a 30.11.2013. -Valor do termo: R\$ 10.488,60- Dotação Orçamentária nº. 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.36.11 - Locação de Bens Imóveis – Pessoa Física.

Universidade Federal de Minas Gerais por meio da Faculdade de Medicina com interveniência do Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico - NUPAD - 3ªTA de 30.04.2011 ao Ct. 066/2009 de 07.04.2009. - Objeto: Prorrogação do prazo de vigência - Vigência: 30.04.2011 a 30.06.2011. – Valor do termo: Sem alteração.

Datafilme Sistemas de Imagem e Informações Ltda - 2ªTA de 06.05.2011 ao Ct. 172/2009 de 02.07.2009 - Objeto: Prorrogação do prazo de vigência - Vigência: 02.07.2011 a 02.07.2012. – Valor do termo: R\$ 29.160,00 – Dotação Orçamentária nº. 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.39.19 – Locação de Máquinas e Equipamentos.

APPA Serviços Temporários e Efetivos Ltda - 5ªTA de 06.05.2011 ao Ct. 067/2010 de 22.02.2010 - Objeto: Alteração de cláusula e acréscimo de valor - Vigência: 06.05.2011 a 22.04.2012. – Valor inicial do Ct. R\$ 10.350.544,20 - Valor do termo: R\$ 2.742.092,85 - Novo valor do Ct.: R\$ 13.402.731,62 – Dotação Orçamentária nº. 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.37.02 – Locação de Serviços de Apoio Administrativo.

**Termos de Rescisão – Convênio (Extrato)**

Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE. – Objeto: Rescisão ao Contrato 060/2008 de 05.06.2008, que tem como objeto a prestação de serviços técnicos de informática para elaboração e implantação de um sistema informatizado de gestão documental a partir de 1º.02.2011.

AC.204/2011 de 03.05.2011. – Licitação 003/2011 – Papelaria Office Box Ltda. - Objeto: Aquisição de materiais para escritório - Valor: R\$ 31.750,00 - Dotação Orçamentária: 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.30.05 – Material para Escritório.

Gerência de Compra de Bens e Serviços  
Gerente: Maria da Conceição Gabriche S. Menezes  
06.05.2011

**Aviso****Licitação: 074/2011****Processo: 0733/2011****Modalidade: Pregão Eletrônico**

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação, de forma contínua, de serviços de limpeza, asseio e conservação, com fornecimento dos saneantes domissanitários e artigos para higiene e limpeza, bem como todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução do objeto desta licitação, bem como de suporte administrativo, operacional e áreas do Poder Judiciário Estadual, localizadas na Secretaria do Tribunal de Justiça e na Comarca de Belo Horizonte, compreendendo as atividades de operação e controle de acesso de pessoas, veículos, equipamentos e bens móveis nos edifícios.

Data da sessão pública: 24.05.2011, sendo:

- Recebimento das propostas até às 9h.
- Abertura das propostas às 09h 15 min.
- Início da disputa às 09h30min.

Disposições Gerais: Os interessados poderão fazer *download* do edital no sítio [www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br) – Link: Licitações – 2011. O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta na Rua dos Timbiras, nº. 1802, de 2ª a 6ª feira, de 8 às 18h.

**Aviso****Licitação: 055/2011****Processo: 0278/2011****Modalidade: Pregão Eletrônico**

Objeto: Aquisição de peças para relógios de protocolo horador.

Data da sessão pública: 20.05.2011, sendo:

- Recebimento das propostas até às 9h.
- Abertura das propostas às 09h 15 min.
- Início da disputa às 09h30min.

Disposições Gerais: Os interessados poderão fazer *download* do edital no sítio [www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br) – Link: Licitações – 2011. O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta na Rua dos Timbiras, nº. 1802, de 2ª a 6ª feira, de 8 às 18h.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/11****TJMG X MELAN E MELO COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA- EPP.****Processo: 0238/2011****Licitação: 040/2011****Modalidade: Pregão Eletrônico**

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de papéis e cartolinas – Ata 004/2011. Vigência: de 06.05.2011 a 06.05.2012

**Lote 01**

Fornecedor: Melan e Melo Comércio e Distribuidora de Papelaria Ltda- EPP.

Item 1.1: Papel super bond 56g – 66x96 – azul  
Quantidade: 1.000 (mil) centos

Valor Unitário: R\$14,20 (quatorze reais e vinte centavos).

Valor Total: R\$14.200,00 (quatorze mil e duzentos reais)

**TJMG X CLEAR DO BRASIL INDÚSTRIA DE PAPEIS LTDA.**

**Processo: 0238/2011****Licitação: 040/2011****Modalidade: Pregão Eletrônico**

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de papéis e cartolinas – Ata 004/2011.

Vigência: de 06.05.2011 a 06.05.2012

**Lote 02**

Fornecedor: Clear do Brasil Indústria de Papéis Ltda.

Item 2.1: Cartolina 240g, 50x70, azul

Quantidade: 2.000 (dois mil) centos

Valor Unitário: R\$31,70 (trinta e um reais e setenta centavos).

Item 2.2: Cartolina 240g, 50x70, palha

Quantidade: 15.000 (quinze mil) centos

Valor Unitário: R\$31,70 (trinta e um reais e setenta centavos).

Item 2.3: Cartolina 240g, 50x70, rosa

Quantidade: 2.000 (dois mil) centos

Valor Unitário: R\$31,70 (trinta e um reais e setenta centavos).

Item 2.4: Cartolina 240g, 50x70, amarela

Quantidade: 2.000 (dois mil) centos

Valor Unitário: R\$31,70 (trinta e um reais e setenta centavos).

Valor Total: R\$665.700,00 (seiscentos e sessenta e cinco mil e setecentos reais)

**DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**

Diretora Executiva: Neuza das Mercês Rezende,  
06 Maio de 2011

**GERÊNCIA DE PROVIMENTO E DE CONCESSÕES AOS SERVIDORES**  
Gerente: Maria das Mercês Simões da Rocha Pinto

**Pela 1ª Instância**

Concedendo, nos termos do art.54 da Portaria-Conjunta nº. 076/2006, licença à gestante, por 120 (cento e vinte) dias, bem como prorrogação de licença-maternidade, nos termos do art.3º da Resolução nº. 605/2009, por 60 (sessenta) dias, à servidora a seguir relacionada:

-Aparecida Leonel Rosa, PJPI-21193-8, Itabira, a partir de 02.05.2011.

Anotando Portaria do Diretor do Foro:

Cargo vago - designação até provimento definitivo do cargo, ou antes, por dispensa pelo Diretor do Foro, observados a qualquer tempo os critérios estabelecidos no art. 2º da Resolução 393/2002:

-Andre Luiz Pereira Ayres Bezerra, Corinto, Técnico de Apoio Judicial de Primeira Entrância C, PJ-52, com lotação na Contadoria, a partir de 07.04.2011;

-Nara Gomes dos Santos Veloso, Corinto, Técnico de Apoio Judicial de Primeira Entrância C, PJ-52, com lotação na Contadoria, a partir de 07.04.2011.

Designação a partir da data da publicação, até o provimento efetivo do cargo, ou antes, por dispensa